

Programa Brasil Profissionalizado: um estudo nos anais do colóquio “a produção do conhecimento em educação profissional” (2013 - 2023)

Professionalized Brazil Program: a study in the proceedings of the colloquium “the production of knowledge in professional education” (2013 - 2023)

Recebido: 24/05/2025 | Revisado:
26/08/2025 | Aceito: 27/08/2025 |
Publicado: 15/06/2026

Edna Oliveira da Paz

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6367-8332>
E-mail: edinhapaz19@gmail.com

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6367-8332>
E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

Como citar: PAZ, E. O; TAVARES, A. M. B. N. Programa Brasil Profissionalizado: um estudo nos anais do colóquio “a produção do conhecimento em educação profissional” (2013 - 2023). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-20 e18633, jun. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar estudos acerca do Programa Brasil Profissionalizante, tendo como fonte os anais de seis edições do Colóquio “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, escolhido pela sua representatividade no campo da EPT no Brasil. Para atingir esse objetivo, recorreu-se à metodologia para uma produção do estado de conhecimento postulada por Morosini et al. (2021), baseada em bibliografia sobre a temática de políticas públicas. A pesquisa demonstra uma incipiência da temática dentro deste evento representativo da Educação Profissional e Tecnológica, quando comparadas a quantidade de trabalhos publicados relacionados ao tema deste artigo (4) com o total de trabalhos já publicados no evento (765). Os trabalhos analisados estão dentro de três categorias: (1) implementação, (2) avanços e desafios e (3) estado do conhecimento sobre o programa. A partir das categorias foi possível concluir que o programa e sua assistência financeira foi o propulsor da expansão da oferta e da matrícula no ensino médio integrado à educação profissional no país, mas que a implementação ocorreu de forma limitada, visto que a melhoria da educação não se resume ao financiamento.

Palavras-chaves: Educação profissional; Programa Brasil profissionalizado; Políticas públicas; Estado do conhecimento; Colóquio.

Abstract

This article aims to analyze studies about the Brazil Vocational Education Program, using as a source the proceedings of six editions of the colloquium "The Production of Knowledge in Vocational Education," promoted by the Graduate Program in Vocational

Education of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rio Grande do Norte, chosen for its representativeness in the field of EPT in Brazil. To achieve this objective, we used the methodology for producing the state of knowledge postulated by Morosini et al. (2021), based on bibliography on the topic of public policies. The research demonstrates the incipience of the topic within this representative event of Vocational and Technological Education, when comparing the number of published works related to the topic of this article (4) with the total number of works already published in the event (765). The works analyzed fall into three categories: (1) implementation, (2) advances and challenges, and (3) state of knowledge about the program. Based on the categories, it was possible to conclude that the program and its financial assistance were the driving force behind the expansion of supply and enrollment in secondary education integrated with professional education in the country, but that implementation occurred in a limited way, since improving education is not limited to financing.

Keywords: Professional education; Professionalized Brazil Program; Public policies; State of knowledge; Colloquia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento relacionado ao Programa Brasil Profissionalizado (PBP), em trabalhos publicados nos Anais do Colóquio “a produção do conhecimento em Educação Profissional” com recorte temporal de 2013 a 2023. Tem como objetivo compreender o PBP como fomento à oferta de educação profissional nas redes estaduais de educação.

Algumas questões iniciais passaram a nortear as primeiras buscas por materiais acerca do programa, tais como: em que contexto surgiu o Programa Brasil Profissionalizado? Quais são os seus objetivos? Que princípios norteiam as relações entre o Estado nacional e os estados da federação previstas no programa? Como este programa tem se efetivado no contexto brasileiro? Nesse sentido, e considerando a relevância da EPT no campo da Educação, este estudo visa responder à seguinte questão: qual é a representatividade sobre estudos de políticas públicas e financiamento do programa Brasil profissionalizado para a EPT nos anais do Colóquio Nacional e Internacional “A Produção do conhecimento em Educação Profissional”, no período de 2013 a 2023?

A investigação justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas de financiamento estão sendo implementadas e qual seu impacto na formação profissional. Inicialmente, o PBP foi concebido com base no Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, que permitiu a integração do ensino médio à educação profissional, após um período de intensas disputas no segmento educacional.

O PBP tinha o objetivo de fortalecer, ampliar e melhorar o ensino médio integrado à educação profissional em todo o país, e tinha como meta principal reformar e expandir a rede pública de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2007). Vinte e quatro dos 27 estados da federação aderiram a esse programa de financiamento, permitindo a criação de redes estaduais de educação profissional técnica de nível médio e a expansão das matrículas nesta modalidade (Brasil, 2007).

De 2007 até janeiro de 2016, a maioria dos estados brasileiros (24) foi atendida pelo programa. No total, foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas e 256 ampliações e/ou reformas. Com o mesmo objetivo, foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas. Todos os recursos financeiros repassados aos estados, conforme o Ministério da Educação (MEC), destinaram-se à construção, reforma e modernização das escolas técnicas. Os laboratórios foram estruturados, houve aquisição de recursos pedagógicos e ações voltadas à formação e qualificação dos profissionais da educação (Brasil, 2007).

Busca-se, através do mapeamento das produções nos Anais dos Colóquios Nacional e internacional: A produção do conhecimento em Educação profissional, identificar a quantidade de trabalhos; os anos de publicação; as temáticas abordadas; os objetivos e os principais achados das pesquisas sobre o PB. As principais ações do PBP se constituem na prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e os Municípios que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2007).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está incluída na meta 11 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), estabelecido pela Lei n.º 13.005/2014. Essa meta visa triplicar, até o final de 2024, o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio no Brasil, garantindo que pelo menos 50% dessa expansão ocorra no segmento público. Atualmente, os cursos de EPT são oferecidos por redes de ensino estaduais, federais e privadas.

Para a materialização dessa pesquisa, realizamos uma abordagem de natureza qualitativa, a qual, na concepção de Minayo (2000, p. 57), é o estudo das “[...] representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Sublinhamos que essa pesquisa, embora qualitativa, não prescindiu de uma análise quantitativa, tendo em vista o que pondera Minayo (2009, p. 22):

Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos [...] não são incompatíveis. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

Desta forma, a investigação qualitativa procura não somente alcançar a aparência do fenômeno, mas também a sua essência, no sentido de explicar suas relações, mudanças e origens, tentando prever seus resultados. Nesse sentido,

possibilita ao pesquisador conhecer, de forma mais abrangente, as principais especificidades no campo da investigação empírica e bibliográfica, ampliando o conhecimento sobre as metodologias, teorias, resultados mais compartilhados nas pesquisas e aspectos dos objetos de estudo, alargando de forma satisfatória os conhecimentos na área.

Este trabalho é compreendido como um estado do conhecimento que, conforme Morosini e Fernandes (2014, p. 155), definem-se pelos processos de “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, visando reunir dissertações, teses, livros e periódicos acerca de uma mesma temática, previamente determinada.

Salientamos, assim, o levantamento de dados a partir da leitura dos resumos e reflexão crítica desse dado, realizando uma construção panorâmica necessários à proposição da pesquisa. Em conformidade com Minayo:

Toda investigação se inicia por um problema, com uma dúvida ou com uma pergunta que é articulada a conhecimentos anteriormente obtidos e podem demandar a criação de novos referenciais que surgem a partir do objeto investigado devido à ampliação do conhecimento adquirido mediante os estudos (Minayo, 2009, p. 18).

O levantamento das produções foi realizado nos Anais das publicações das seis edições dos Colóquios Nacional e Internacional: A produção do conhecimento em Educação profissional (IFRN), publicados entre os anos de 2013 e 2023. Para o mapeamento e a seleção das produções acadêmicas relacionadas ao tema de interesse desta análise, ações foram realizadas no final do mês de maio de 2024. Inicialmente, foi feito o acesso aos anais, na íntegra, de todas as publicações do evento. O processo de busca se deu pela inserção do descritor nos Anais dos Colóquios, Programa Brasil Profissionalizado, sem a utilização de quaisquer filtros.

A tabulação dos trabalhos foi realizada com o auxílio do Excel, no qual foram incluídos os títulos, os nomes dos autores, suas instituições de vínculo, os anos de publicação e os eixos temáticos. Em seguida, os resumos e as considerações finais foram analisados, e as produções foram categorizadas de acordo com o conteúdo abordado.

Para fins de organização, o artigo se estrutura em quatro tópicos, para além desta introdução, onde está inserida a abordagem teórico-metodológica definida para o estudo, assim como os procedimentos metodológicos utilizados para conduzir o mapeamento e a seleção dos estudos para análise; em seguida, desenvolve-se uma breve discussão sobre o programa Brasil Profissionalizado e a educação profissional. Na terceira seção, tratamos da regulamentação do Programa Brasil Profissionalizado e, na quarta seção, é apresentada a análise do conteúdo das obras, identificando seus objetivos e seus principais achados. Por fim, são feitas as considerações finais, bem como apontadas as lacunas observadas nos trabalhos sobre o tema, disponíveis nos

Anais do Colóquio Nacional e Internacional: A produção do conhecimento em Educação Profissional.

2 PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A trajetória da educação profissional no Brasil é marcada por diversas transformações ao longo dos anos. Desde as primeiras iniciativas de formação técnica, no período colonial até os modernos programas de qualificação profissional, a educação profissional tem evoluído para atender às demandas do mercado de trabalho e às necessidades sociais do país.

No início, a educação profissional era voltada principalmente para o aprendizado de ofícios artesanais. Com a industrialização, houve uma expansão significativa das escolas técnicas e profissionais, acompanhando o desenvolvimento econômico e a necessidade de mão de obra qualificada.

Nas décadas seguintes, diversas políticas e programas foram implementados para fortalecer a educação profissional, como a criação do Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, entre outros) e a expansão das escolas técnicas federais e estaduais. Mais recentemente, o Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007, buscou integrar a educação profissional ao ensino médio, promovendo uma formação mais completa e preparando melhor os jovens para o mercado de trabalho.

Em concordância com Moura (2007):

Também importa ressaltar que a criação do SENAI, em 1942, seguida do SENAC, em 1946, e dos demais “S” ao longo das décadas seguintes, revelam a opção governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar “mão-de-obra” para o mundo produtivo. Assim, a partir dessa lógica, o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país, e o ensino profissional formaria adequadamente os filhos de operários para as artes e os ofícios. Portanto, ratifica-se o caráter dualista da educação e a sua função reprodutora da estrutura social.

Essa trajetória demonstrou o compromisso contínuo do Brasil em aprimorar a educação profissional e técnica, visando não apenas ao desenvolvimento econômico, mas também à inclusão social e ao aumento da competitividade do país.

Essas características da Educação Profissional, observadas ao longo dos anos, não ofereciam oportunidades igualitárias para todos os estudantes. Historicamente, o acesso à educação profissional no Brasil foi limitado e muitas vezes restrito a determinados grupos sociais, o que gerou desigualdades no acesso à formação técnica e profissional.

Moura (2013) afirma que diante da realidade socioeconômica e educacional brasileira, especialmente os filhos das classes populares, que precisam trabalhar para contribuir com as despesas da casa, os cursos técnicos integrados de nível médio são

primordiais para obter-se uma sociedade mais justa de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado.

A concentração de escolas técnicas em áreas urbanas e a falta de investimentos em regiões mais remotas contribuíram para a exclusão de muitos jovens, especialmente aqueles de famílias de baixa renda e residentes em áreas rurais. Além disso, as políticas educacionais nem sempre priorizaram a inclusão e a equidade, resultando em disparidades significativas na qualidade e na disponibilidade de cursos técnicos e profissionais.

Apesar de avanços nos últimos anos, como a criação de programas voltados para a integração da educação profissional ao ensino médio e a ampliação da rede de escolas técnicas, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário a oportunidades de formação profissional de qualidade.

Sucedendo a essas desigualdades, esforços consideráveis foram feitos para minimizar essa realidade na educação profissional. Esses esforços visaram desenvolver um ensino menos dual, integrando-o ao ensino médio. Programas como o Brasil Profissionalizado buscaram promover uma formação mais inclusiva e abrangente, oferecendo aos estudantes a oportunidade de obter tanto o diploma do ensino médio quanto a qualificação técnica.

A integração da educação profissional ao ensino médio tem como objetivo proporcionar uma formação mais completa, que prepare os jovens tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos em nível superior. Além disso, políticas públicas e investimentos em infraestrutura educacional foram direcionados para ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação profissional em todo o país.

Pensando por este caminho, é de se concordar com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), quando faz menção a profissionalização no Ensino Médio brasileiro. Conforme estes:

Se a preparação profissional no Ensino Médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política, garantir que o Ensino Médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o Ensino Médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para fazer-se a “travessia” para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p.43).

Essas iniciativas refletem um compromisso em promover a equidade e a inclusão, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade e possam desenvolver as competências necessárias para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

É crucial retomarmos o debate sobre a integração do ensino médio e técnico, com o objetivo de resgatar a concepção de educação politécnica ou tecnológica. Essa discussão ganhou destaque com a aprovação do Decreto nº 5.154, em dezembro de 2004, que gerou diversas interpretações e posições divergentes sobre as possíveis rupturas ou continuidades que o decreto trouxe para as políticas de educação profissional.

A Educação Profissional, em seus diversos contextos sócio-históricos, tem provocado consensos e dissensos sobre sua eficácia, eficiência, métodos e teorias em uso, de acordo com os interesses vigentes, numa relação de causa e efeito, especialmente em relação às camadas mais vulneráveis da população. Assim foi, desde o acolhimento de órfãos e desvalidos, durante o Brasil Império e seu envio para as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, objetivando ter um grande número de pessoas para atuar na guerra, até o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), ao Brasil Profissionalizado, à ampliação e interiorização dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e da Educação Profissional Integrada à Educação Básica.

A educação profissional no Brasil tornou-se bastante discutida por sua perspectiva assistencialista, formando indivíduos com qualificação para ingressarem no mercado de trabalho, aumentando ainda mais as desigualdades existentes na sociedade e estimulando ainda mais o sistema capitalista no país. Historicamente, a educação brasileira está marcada por uma dualidade estrutural, ou seja, uma educação que era ofertada para a classe trabalhadora, com o objetivo de qualificar tecnicamente a classe trabalhadora e, após esse período, ingressarem no mercado de trabalho, enquanto que a educação da classe burguesa é uma educação intelectual. Corroborando com este pensamento, Moura (2007, p. 06) afirma:

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes.

Frente a esta segregação de classes sociais, a educação assistencialista no Brasil voltada para a classe trabalhadora surgia como uma tentativa de silenciar uma dívida social das políticas públicas educacionais empregadas para todos os indivíduos, sem diferenciação de classe econômica e social. Ainda de acordo com Moura (2007, p. 05):

Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das

elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso.

Historicamente, com o objetivo de formar trabalhadores com habilidades técnicas, a educação profissional esteve, por muito tempo, voltada à aprendizagem focada no mercado de trabalho, contribuindo para a intensificação da lógica capitalista predominante na sociedade. Entretanto, diante das discussões em torno da efetivação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, a educação profissional no país passa a se orientar pela perspectiva da formação humana integral. Nesse sentido, busca-se assegurar ao trabalhador o direito a uma formação ampla, que o capacite não apenas para o exercício de uma profissão, mas também para uma atuação crítica e consciente enquanto cidadão.

O primeiro programa do governo federal brasileiro, durante a administração de Luiz Inácio Lula da Silva, a fornecer assistência técnico-financeira voltada especificamente para a educação profissional e tecnológica foi o Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007.

O Programa Brasil Profissionalizado teve como principais objetivos:

1. **Integração do Ensino Médio com a Educação Profissional:** Promover a integração curricular do ensino médio com a educação profissional, oferecendo aos estudantes uma formação mais abrangente e articulada.
2. **Expansão e Modernização da Rede:** Ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionais, construindo novas escolas e modernizando as existentes, com foco em infraestrutura adequada e laboratórios bem equipados.
3. **Formação de Professores:** Investir na capacitação e formação continuada de professores e gestores da educação profissional, garantindo a qualidade do ensino oferecido.
4. **Assistência Técnico-Financeira:** Fornecer recursos financeiros e suporte técnico aos estados e ao Distrito Federal para a implementação de melhorias infraestruturais e pedagógicas nas escolas de educação profissional e tecnológica.
5. **Parcerias:** Incentivar a colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais, bem como parcerias com o setor produtivo para garantir que a formação profissional esteja alinhada às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa Brasil Profissionalizado representou um avanço significativo na promoção da educação profissional e tecnológica no Brasil, contribuindo para a inclusão social e a qualificação profissional dos jovens brasileiros. Foi um programa discutido como possibilidade de oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, seu desenho foi concebido com o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.

O Programa Brasil profissionalizado, conforme descrito nos documentos legais, prevê a integração entre o ensino médio e a educação profissional. Ainda que essa proposta de integração seja mais evidente no papel, o programa também promove a articulação entre essas duas modalidades de ensino. Durante sua implementação vários arranjos foram surgindo, e as contradições sendo identificadas ao longo do tempo.

O Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, causou um grande impacto sobre o programa Brasil profissionalizado e, com isso, sua descontinuidade. O PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513, em 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Com essa finalidade, o governo federal incorporou o Programa Brasil Profissionalizado ao Pronatec, mesmo este último tendo sido criado quatro anos após o primeiro. A justificativa para essa incorporação está na abrangência do Pronatec, que se estende a diversos aspectos da educação profissional e técnica, tornando-se um programa significativamente mais amplo que o Brasil Profissionalizado.

A regulamentação do Programa Brasil Profissionalizado envolveu a criação de normas e diretrizes específicas para sua implementação e funcionamento. A regulamentação do Programa Brasil Profissionalizado foi fundamental para garantir a eficácia e a coerência das ações em todo o país, assegurando que as metas e objetivos estabelecidos fossem alcançados de maneira coordenada e estruturada.

O Programa Brasil Profissionalizado foi instituído pelo Decreto nº 6.302, em 12 de dezembro de 2007, no governo Lula da Silva, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (Brasil, 2007).

A Educação Profissional teve os primeiros programas de fomentos pós-promulgação da Constituição Federal. As medidas legislativas que impulsionaram o desenvolvimento da EPT foram a Lei 8.948/94, que impedia a expansão de vagas na Rede Federal, e o Decreto 2.208/97, que determinava a separação entre a Educação Profissional e a Educação Básica. No entanto, o início dos anos 2000 trouxe uma perspectiva oposta: o Decreto 5.154/2004 revogou o decreto anterior, e, com a aprovação da Lei nº 11.195/2005, começou a expansão da Rede Federal.

O Decreto nº 6.302/2007 apresenta a regulamentação que norteia a implementação do Programa Brasil Profissionalizado, definindo os procedimentos que os Estados e Municípios interessados em participar do Programa deveriam providenciar, como a submissão de propostas de ações de desenvolvimento e estruturação das suas redes públicas de educação profissional, devidamente acompanhada de um diagnóstico sobre a situação do contexto escolar referente ao ensino médio em que se encontravam.

Para chegarmos até o Decreto nº 6.302/07, foi necessário percorrer vários caminhos no desenvolvimento das políticas públicas que nortearam seu percurso e influenciaram seu desenvolvimento. A criação de programas, ações e estratégias que vieram antes do Programa Brasil profissionalizado, desenvolveram uma função

primordial para a sua criação. No Quadro 1, apresentamos alguns desses documentos que foram fundamentais para essa formulação.

Quadro 1: Documentos que antecederam o Brasil profissionalizado

Documento	Órgão/ emissor/ Responsabilidade	Objetivo
Decreto nº de 5.154, de 23 julho de 2004.	Decreto Presidencial	Promover a integração da básica com a educação profissional, dentre outros. (?)
Plano Nacional de Educação (PNE 2001–2010)	Decreto presidencial	A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 2001).
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Decreto presidencial	Conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2017).
Plano de ações articuladas (PAR)	MEC	Ofertar aos estados e municípios um instrumento diagnóstico com vistas ao planejamento de sua política educacional, objetiva gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.
Lei 8.948/94	Presidência da República	Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

Lei nº 11.195/2005	Presidência da República	Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.
--------------------	--------------------------	---

Fonte: elaborados pelos autores

Os documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), como o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, e diversas resoluções e portarias publicadas nos anos subsequentes, foram obtidos por meio de pesquisas na internet e contribuíram significativamente para a compreensão dos aspectos legais do Programa Brasil Profissionalizado. Dentre esses aspectos, destacam-se os objetivos declarados do programa, a natureza do financiamento federal, os critérios de adesão e participação dos estados, bem como as atribuições e responsabilidades institucionais de cada órgão envolvido na sua implementação e gestão (Brasil, 2007).

A Promulgação do Decreto 5.154/2004 constata, de imediato, mudança de nomenclatura, como já se pode ver em seu artigo 1º:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;**
- II - educação profissional técnica de nível médio; e**
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.**

A formação inicial e continuada de trabalhadores passou a substituir os cursos anteriormente designados de nível básico, mantendo as mesmas finalidades. A mudança de nomenclatura ocorreu para evitar confusões com a Educação Básica, já que se trata de cursos e programas voltados para a educação profissional, que, por sua vez, também não correspondem a um nível escolar, mas sim a uma modalidade de ensino. Além disso, foi suprimida a menção à ausência de exigência de escolaridade prévia.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 representou um marco importante para a educação brasileira ao estabelecer diretrizes e metas voltadas para a gestão, financiamento e formação de professores, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade educacional no país. Apesar das divergências quanto à sua avaliação — entre críticas que apontam dificuldades técnicas para mensurar seus resultados e reconhecimentos sobre seu valor jurídico, sociopolítico e pedagógico —, o PNE firmou-se como uma política nacional essencial para combater as desigualdades regionais e garantir um padrão mínimo de qualidade no ensino em todo o território nacional.

Nesse contexto, o Programa Brasil Profissionalizado (PBP) surge como uma iniciativa que dialoga diretamente com os princípios e objetivos traçados pelo PNE,

especialmente no que tange à valorização da formação docente e à qualificação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O PBP busca ampliar e consolidar políticas de formação continuada, alinhadas com as metas de melhoria da educação, promovendo o fortalecimento do ensino técnico e profissionalizante como instrumentos fundamentais para a inclusão social e desenvolvimento econômico. Assim, ao articular as diretrizes do PNE com as ações concretas do PBP, é possível vislumbrar uma trajetória de políticas públicas educacionais que mesmo diante das dificuldades e desafios, convergem para a construção de uma educação mais equitativa e eficaz.

O PBP, ao enfatizar a formação docente e a qualificação da EPT, contribui para operacionalizar os princípios do PNE, buscando assegurar que o sistema educacional brasileiro não apenas amplie o acesso, mas também melhore a qualidade e a relevância da educação ofertada, especialmente para jovens e trabalhadores que buscam no ensino profissionalizante uma via para a cidadania e o desenvolvimento pessoal e profissional.

O PAR (Plano de ações articuladas) foi pensado como o principal instrumento orientador das políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC desde 2007. Na sua elaboração, tinha como princípio a participação dos gestores, técnicos e educadores locais, permitindo realizar o diagnóstico que permite a análise detalhada do sistema educacional e como ação requisito para recebimento da assistência técnica e financeira dos entes participantes do Compromisso todos pela Educação.

A Lei 8.948/94, que trata da instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SINETEC), tem como objetivo principal criar e regulamentar um sistema nacional educacional para a educação tecnológica no Brasil. Por meio desse sistema, busca-se promover o desenvolvimento e a expansão da educação técnica e tecnológica no país.

A Lei nº 11.195/2005 permitiu o início de um projeto de expansão da oferta de EPT a partir da criação de novas unidades de ensino e da interiorização dessa modalidade em todo o país.

A mudança promovida pela Lei nº 11.195/2005 reforça a singularidade e a importância dos cursos de tecnologia dentro do sistema educacional brasileiro. A mudança passou a permitir a expansão da oferta de educação profissional por meio de parcerias entre a União e outros entes, como Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais.

A lei reforça a necessidade de cursos tecnológicos possuírem características próprias, com um foco mais voltado para a formação prática e técnica, atendendo a demandas específicas do mercado de trabalho.

Os princípios do Programa Brasil Profissionalizado foram amplamente debatidos, antes mesmo de sua criação, a partir de reuniões internas do Fórum, com equipes do MEC e FNDE, audiência com o Ministro da Educação, audiências públicas e debates com o meio político, tanto na Câmara dos Deputados quanto do Senado.

O Brasil, na perspectiva de atender as metas do PNE de 2001, instituiu na gestão do governo Lula o Programa Brasil Profissionalizado. Esse programa, entre

outras coisas, tinha como principal objetivo contribuir com a expansão da Rede de Educação profissional e tecnológica em todo o país por meio do financiamento da Educação Profissional, de tal forma a garantir a modernização dessa rede.

O Decreto 6.302/07 expressa que os procedimentos para apresentação de tais propostas, assim como as definições de critérios e prioridades passíveis de apoio financeiro ficariam sob a responsabilidade direta do FNDE, sendo que os acordos financeiros celebrados por meio dos convênios, decorrentes de aprovação da proposta, ficariam condicionados a disponibilidade orçamentária do fundo que, portanto, acompanharia a execução física- financeira dos convênios.

O parágrafo único do art. 2º deixa claro que a assistência financeira de que trata esse decreto é destinada para órgãos públicos, por meio de convênios com o FNDE, devendo ser incluída nos orçamentos dos convenientes, não sendo considerada para os fins do art. 212 da CF.

A Resolução nº 062/2007 (§3º do art. 7º) apresenta os itens financiáveis do Programa Brasil Profissionalizado que comporiam os acordos financeiros segundo interesses dos Estados, quais sejam:

- I - construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico;
- II – construção de laboratórios de física, química, biologia, laboratórios de informática e os laboratórios recomendados no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos da SETEC;
- III – aquisição de acervo bibliográfico;
- IV – Material de consumo;
- V – Outros itens necessários.

O documento alertou sobre a importância de que fossem observadas as condições e parâmetros básicos para a infraestrutura física e equipamentos para a instalação de laboratórios; e, informa que a aquisição de bens e a sua distribuição será feita de forma centralizada pelo FNDE.

3 A PRODUÇÃO SOBRE O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

Nesta seção, apresentamos uma síntese da produção acerca do Programa Brasil Profissionalizado oriundo das pesquisas divulgadas nos Anais do Colóquio do IFRN. O objeto desta análise corresponde a 04 trabalhos que discutem o programa e trazem conclusões acerca deste. Os resultados do levantamento dos trabalhos estão dispostos no quadro 02 e relacionados com o seu objetivo.

Quadro 02: Levantamento das publicações nos Anais do Colóquio IFRN

ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL
2017	Políticas para educação profissional: o programa brasil profissionalizado em cena	NASCIMENTO, Suerda Maria Nogueira do; SILVA José Moisés Nunes da	Discutir o Programa Brasil Profissionalizado como uma das políticas públicas para a implementação da educação profissional nas redes estaduais
	Educação profissional na rede estadual de ensino do RN: programa brasil profissionalizado entre o dito e o feito	SILVA, Francisca Natália da; LIMA; Erika Roberta Silva de; SILVA, Lenina Lopes Soares	Discutir a política de educação profissional do Estado nas escolas da rede estadual de ensino, enfatizando as ações adotadas para implementação do Programa Brasil Profissionalizado
2019	Formulação e implementação do programa brasil profissionalizante como política de governo: avanços e desafios	MENDONÇA, Paulo Henrique de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos	Identificar os avanços e desafios desta política no âmbito da educação profissional do país
2023	Estado do conhecimento sobre o programa brasil profissionalizado	MEDEIROS, Alexsandra Karla Pontes de Azevedo; BIZERRO, Joice Mara Cesar; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos.	Produzir um estado do conhecimento sobre o Programa Brasil Profissionalizado (2018-2022)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro revela uma trajetória de amadurecimento discursivo em torno do Programa Brasil Profissionalizado (PBP) enquanto política pública voltada para a expansão e qualificação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Desde 2017 até 2023, os estudos apresentados apontam para um crescente complexificação das análises e uma maior densidade crítica sobre a formulação, implementação e impactos do programa.

Em 2017, os textos de Nascimento & Silva e de Silva et al. concentram-se na implantação do PBP nas redes estaduais, especialmente no Rio Grande do Norte. O foco ainda está na comparação entre a proposta oficial e sua execução prática,

evidenciando uma tensão recorrente entre o “dito e o feito” – uma crítica comum nas análises de políticas públicas educacionais. A abordagem é eminentemente analítica e avaliativa, com destaque para os descompassos entre o planejamento federal e as realidades locais.

No estudo de 2019, Mendonça e Ferreira ampliam o escopo da análise, tratando o PBP como política de governo em âmbito nacional. O discurso muda do diagnóstico local para uma leitura macroestrutural, discutindo avanços e desafios. Aqui, percebe-se um deslocamento do olhar avaliativo para um campo mais político e institucional, preocupado com a continuidade e os impactos de longo prazo das políticas de EPT.

Por fim, em 2023, o estudo de Medeiros, Bizerro e Ferreira traz uma inflexão epistemológica ao produzir um estado do conhecimento sobre o PBP no período de 2018 a 2022. Trata-se de um discurso mais metateórico e reflexivo, que busca sistematizar a produção científica existente. Essa abordagem aponta para uma maturidade do campo investigativo, indicando que a política já possui histórico suficiente para ser observada em suas múltiplas interpretações, controvérsias e lacunas investigativas.

De forma geral, o discurso que atravessa esses estudos revela uma evolução de um olhar descritivo para um olhar crítico e metanalítico; a consolidação do PBP como objeto de interesse científico dentro da área de políticas educacionais; a persistência de questões estruturais, como a implementação desigual nas redes estaduais, a necessidade de articulação entre teoria e prática, e os desafios de financiamento e gestão.

Essa produção também se alinha com os debates promovidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sobretudo no que tange às metas relacionadas à expansão da EPT e à formação de professores, reafirmando o PBP como uma política estratégica para a superação de desigualdades regionais e para a valorização da formação técnica no país.

A análise acima demonstra que quatro trabalhos estão vinculados ao - Eixo temático: Políticas e práxis em educação profissional, que coincidem com a atual linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP): Políticas e Práxis em Educação Profissional. Todas, porém, apresentando fidelidade às respectivas tônicas da linha de pesquisa. A análise das publicações apresentadas no período de 2013 a 2023 mostra, em sua totalidade, que a produção sobre o Programa Brasil Profissionalizado, dentro dos Anais do IFRN, que a temática é bastante pertinente e que é possível abordá-la a partir de diferentes perspectivas.

Os trabalhos selecionados foram divididos em 03 categorias de análise a partir do seu objetivo: (1) Implementação, (2) Avanços e desafios e (3) Estado do conhecimento. Nesse sentido, um número de dois artigos discute sobre a implementação do Programa, que são eles: Nascimento e Silva (2017); Silva, Lima e Silva (2017).

Dos quatro trabalhos analisados, sobre o Programa Brasil profissionalizado, produzidos de 2013 a 2023, considerando o quantitativo total de documentos encontrados após a seleção, com base nos critérios acima elegidos, um total de 02

apresentam como objeto de pesquisa a implementação: um que trata sobre os avanços do programa e, por último, o que realiza um estado do conhecimento.

Nascimento e Silva (2017), ao analisarem a implementação do PBP, afirmam que

Essas características da educação profissional, que foram observadas ao longo dos anos, não ofereciam oportunidades igualitárias para todos os estudantes. No entanto, nas últimas décadas, sucederam esforços consideráveis para minimizar a realidade nessa modalidade de ensino, desenvolvendo um ensino menos dual, por meio da sua integração ao ensino médio.

Silva, Lima e Silva (2017), ao analisarem as políticas implementadas do Programa Brasil Profissionalizado na rede Estadual do Rio Grande do Norte, concluem que as ações envolvendo a implementação desses dois programas apontam um número de matrícula acentuado na rede privada e que se faz necessário repensar a forma como têm sido interpretados os repasses de recursos públicos para a iniciativa privada.

Mendonça e Ferreira (2019), conclui que pelos avanços e desafios que marcaram o processo de formulação e implementação do Programa Brasil Profissionalizado, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de Estado direcionadas ao desenvolvimento da EPT no país, com vistas ao seu fortalecimento e expansão.

Medeiros, Bizerro e Ferreira (2023) entendem que as políticas educacionais no Brasil sofrem com as pressões e determinações por parte do pensamento empresarial que modifica e estabelece os princípios norteadores e os objetivos dessas políticas.

Através da análise promovida acerca das políticas públicas com focos voltados para educação profissional brasileira no século XXI, e como se deu a implementação do Programa Brasil Profissionalizado, compreendemos que envolve prioritariamente o governo, pois são neles que as discussões e reivindicações emanam e se configuram em ações práticas para sociedade. Sendo que, as políticas públicas brasileiras acontecem geralmente de forma descontinuadas, fazendo-se necessário um movimento constante para que as mesmas sejam políticas de estado. Sabe-se que diversas ações foram implementadas em prol da Educação Profissional no Brasil, porém, essas ações provocaram reflexões importantes para o aprofundamento das questões referentes à educação profissional integrada a educação básica no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Brasil Profissionalizado insere-se no contexto da Educação Profissional Tecnológica como uma política pública comprometida com a inclusão

social. Busca estar em sintonia com o desenvolvimento nacional e regional e suas interfaces, sempre destacando o importante papel da formação.

O trabalho apresenta o estado do conhecimento acerca do Programa Brasil Profissionalizado, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no recorte temporal de 2013-2023, compreendendo um corpo teórico e metodológico de um conjunto de pesquisas publicadas no decênio supracitado.

O estado do conhecimento realizado acerca do Programa Brasil Profissionalizado (2013 - 2023), a partir dos anais dos colóquios, conseguiu identificar e categorizar as principais reflexões e ponderações sobre o tema estudado. A síntese dessa produção científica aponta para as seguintes conclusões: o governo Lula desempenhou um papel fundamental na promoção da educação profissional nas redes estaduais de ensino por intermédio do Decreto 6.302/2007, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado.

A assistência financeira oriunda do programa contribuiu para o fortalecimento, oferta, consolidação e expansão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos estados brasileiros. Com relação à implementação, essa só foi possível devido aos recursos financeiros, mas não se resume a esse aspecto, existiram outras ações que apresentaram limitações para a sua efetividade. Por fim, as políticas educacionais no Brasil, nesse caso, o PBP, sofrem com as pressões e determinações por parte do pensamento empresarial que modifica e estabelece os princípios norteadores e os objetivos dessas políticas.

Nesse contexto, ao analisarmos as correlações que evidenciam a materialização da educação profissional no Brasil, destacamos o Programa Brasil Profissionalizado e observamos que ele está conectado, direta ou indiretamente, a outras regulamentações, políticas, iniciativas, arranjos e instituições que vão além de seu escopo principal.

Essa constatação nos levou a refletir profundamente sobre as questões relacionadas à integração da educação profissional com a educação básica no Brasil. Também nos fez questionar como essa integração se desenvolveu, considerando sua subordinação a uma política mais ampla, o Pronatec, que segue uma direção contrária a esse ideal.

Historicamente, a Educação Profissional no Brasil tem sido marcada pela descontinuidade, pois a cada mudança de governo, novos programas são implementados em conformidade com as políticas econômicas e sociais vigentes, resultando em uma releitura das ações governamentais anteriores.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o Programa Brasil Profissionalizado se apresenta como uma tentativa de responder às demandas históricas da classe trabalhadora brasileira — especialmente no que se refere à luta por uma escola pública, gratuita, universal e pela superação do dualismo educacional. No entanto, ao se analisar sua materialização prática, evidencia-se que, sobretudo em seus primeiros anos de implementação, o programa tende a reproduzir continuidades com modelos

anteriores, ao invés de promover rupturas significativas com as estruturas tradicionais da educação profissional no país.

REFERENCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso em: 17 mai. 2024. BRASIL.

Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/FNDE/CD n. 62, de 12 de dezembro de 2007. Estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2024.

COLOMBO, I. Brasil profissionalizado: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/artigo_colombo.pdf. Acesso em: 3 jun. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

II COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2013, Natal. *Anais eletrônicos [...]*. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2013/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

III COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2015, Natal. *Anais eletrônicos [...]*. Natal: IFRN, 2015. Disponível

em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2015/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

IV COLÓQUIO NACIONAL E I INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2017, Natal. *Anais eletrônicos [...]*. Natal: IFRN, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2017/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. do; NEZ, E. de. **Estado do conhecimento: a metodologia na prática**. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>. Acesso em: 6 mai. 2024.

MOURA, D. **Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios**. In: _____. (Org.) *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional*. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2013.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração**. *Holos*, Natal, v. 23, n. 2, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 17 mai. 2024.

MOURA, D. H. **Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos de 1990 e 2000: limites e possibilidades**. In: OLIVEIRA, R. (Org.). *Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debates*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado.**
In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino médio integrado:
concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

**V COLÓQUIO NACIONAL E II INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, 2019, Natal. *Anais eletrônicos*
[...]. Natal: IFRN, 2019. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/trabalhos-por-eixo-v-coloquio-nacional-e-iicoloquio-internacional/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

**VI COLÓQUIO NACIONAL E III INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, 2021, Natal. *Anais eletrônicos*
[...]. Natal: IFRN, 2021. Disponível em:
<https://www.even3.com.br/anais/vicoloquionacionaleiicoloquiointernacional/>.
Acesso em: 4 abr. 2024.

**VII COLÓQUIO NACIONAL E IV INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, 2023, Natal. *Anais eletrônicos*
[...]. Natal: IFRN, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vii-coloquio-nacional-e-iv-coloquiointernacional-a-producao-do-conhecimento-em-educacao-profissional-politicas-historia-e-formacao-docente-386611/>. Acesso em: 4 abr. 2024.